

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.517 - AL (2019/0262228-4)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL**  
**AGRAVADO : ATUFAL - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**ADVOGADO : JOÃO FRANCISCO DE CAMARGO - AL006805**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pela **Universidade Federal de Alagoas - UFAL** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls.1.860/1.861):

*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXCLUSÃO DE EMBARGADOS DO POLO ATIVO DA EXECUÇÃO. SATISFAÇÃO DO CRÉDITO EM EXECUÇÃO ANTERIOR. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO PROVIDA.*

*1. A sentença julgou procedentes embargos do devedor para retirar do polo ativo da execução os embargados Valdeci Soares Vitor, Helena Oliveira dos Santos, Rubenita Belo dos Santos e Maria Zelma de Sá, a fim de evitar a duplicidade de pagamentos e o enriquecimento sem causa, asseverando, com base em certidões anexadas aos autos, que estes já haviam figurado em outras execuções e tiveram suas pretensões satisfeitas quanto à percepção do reajuste de 3,17% sobre seus vencimentos.*

*2. Em princípio, cumpre esclarecer, de que diferentemente do que alegam tanto apelante como apelado a sentença em momento algum reconheceu ter se configurado litispendência. Ao contrário, asseverou que não há "litispendência entre determinados embargados em relação a outros processos de execução. A litispendência só poderia ser verificada quando da duplicidade de ações ordinárias, e não nos autos da execução, já que aqui não há tríplice identidade".*

*3. Da certidão emitida pelo Diretor de Secretaria da Vara constata-se que nos autos do processo 0008152-59.1996.4.05.8000, não houve requisitório expedido em nome de Valdecir Soares Victor, portadora do CPF 007.613.904-21. Ao lado de seu nome consta a informação "Homônimo". Acrescente-se que a servidora excluída da execução ora embargada é outra, trata-se de Valdeci Soares Vitor, portadora do CPF 026.210.534-91, conforme documento anexado pela própria embargante em suas contrarrazões e comprovante de situação cadastral que consta dos autos. A*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*certidão supra não faz qualquer referência ao CPF desta embargada.*

*4. Extrai-se da certidão emitida pelo Diretor de Secretaria da Vara que nos autos do processo 0006544-26.1996.4.05.8000, não houve requisitório expedido em nome de Rubenita Belo dos Santos, portadora do CPF 099.272.124-53. Ao lado de seu nome consta a informação "Não recebeu". Acrescente-se que a servidora excluída da execução ora embargada é portadora do CPF 280.772.104-49, conforme documento anexado pela própria embargante em suas contrarrazões e comprovante de situação cadastral que consta dos autos. A certidão supra não faz qualquer referência ao CPF desta exequente.*

*5. Com relação a exequente Helena Oliveira dos Santos, da mesma forma pode-se constatar, pela certidão emitida pelo Diretor de Secretaria da Vara, que nos autos do processo 0008152-59.1996.4.05.8000, não houve requisitório expedido em nome dela, portadora do CPF 059.823.164-15. Ao lado de seu nome consta a informação "Homônimo". Restou claro que ela não recebeu o pagamento do reajuste de 3,17% na referida execução.*

*6. Por fim, consta da mesma certidão supra, com relação a Maria Delma de Sá, portadora do CPF 031.841.374-49, que "NÃO FOI EXPEDIDA REQUISIÇÃO". Resta evidente que ela não recebeu o pagamento do reajuste de 3,17% na referida execução. Acrescente-se que, a embargante não prova sequer que a pessoa citada na referida certidão é a mesma da ora exequente Maria Zelma de Sá ou possui o mesmo CPF, tampouco se referiu a ela nas suas contrarrazões, mas apenas às demais servidoras excluídas.*

*7. Dessa forma, não se justifica a exclusão das servidoras acima nomeadas da execução embargada. Não há o que se falar na litispendência invocada pela embargante, pois não configurada a simultaneidade de demandas idênticas, a teor do que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 337 do CPC.*

*8. Apelação provida.*

Opostos embargos de declaração, foram providos em parte (fls. 1.871/1.872).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 337, § 1º, 2º e 3º e 1.022, II, do CPC/15. Sustenta, em síntese: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional e; (II) a configuração de litispendência, porquanto "*resta, pois, evidente a reprodução idêntica aos autos da execução em discussão, havendo, portanto, inteira identidade das partes, mesma causa de pedir e os mesmos pedidos.*" (fl. 1.882).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A presente irresignação não comporta guarida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, destaca-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 1.857/1.858):

*Em princípio, cumpre esclarecer, de que diferentemente do que alegam tanto apelante como apelado, em suas razões, a sentença em momento algum reconheceu ter se configurado litispendência. Ao contrário, asseverou que não há "litispendência entre determinados embargados em relação a outros processos de execução. A litispendência só poderia ser verificada quando da duplicidade de ações ordinárias, e não nos autos da execução, já que aqui não há tríplice identidade". (fl. 1.738).*

*[...]*

*Não o que se falar na litispendência invocada pela embargante, pois não configurada a simultaneidade de demandas idênticas, a teor do que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 337 CPC.*

Da simples leitura do trecho antes destacado, extrai-se que o Tribunal **a quo**, soberano na análise do substrato fático-probatório dos autos, concluiu pela ausência da alegada litispendência.

Com efeito, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem no sentido de que não restou configurada a litispendência, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confirmam-se:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.  
ADMINISTRATIVO. LITISPENDÊNCIA. NÃO  
CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.  
PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **SÚMULA 7/STJ.**

1. Não se pode em recurso especial o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Extrai-se da leitura do acórdão que este se lastreou no acervo fático nos autos, ao concluir pela não configuração da litispendência e pela ausência de interesse de agir do ente Municipal, sendo inviável a revisão de tais premissas nesta instância recursal.

Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 465.828/CE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 31/03/2014)

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES DA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

I. Em face do acervo fático dos autos, o Tribunal a quo concluiu pela inexistência da litispendência invocada, pela ora agravante, em face de inexistência de identidade entre a causa de pedir da presente ação e a das ações civis públicas mencionadas.

II. Quanto à alegada ocorrência de litispendência, alterar o entendimento do Tribunal de origem ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

III. Na forma da jurisprudência, "extrai-se da leitura do acórdão que este se lastreou no acervo fático nos autos, ao concluir pela não configuração da litispendência e pela ausência de interesse de agir do ente Municipal, sendo inviável a revisão de tais premissas nesta instância recursal" (STJ, AgRg no AREsp 465.828/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2014).

IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 330.178/SC, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 31/10/2014)

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LITISPENDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTENTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.**

Não se pode conhecer do apelo, porquanto o Tribunal de origem assentou, com amparo nos elementos de convicção dos autos, que não há litispendência e que aplicável a teoria da causa madura, porque se verifica "claramente que a apelante procedeu ao depósito do IPTU, com alíquota mínima, e da TCDL,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*referente ao exercício de 1999, e que os mesmos foram realizados na conta n.º 4054747. Anote-se, que a apelante procedeu, ainda, o valor controvertido na conta n.º 4054735, ou seja, vê-se que a apelante depositou todo o valor devido que é cobrado na presente execução fiscal". Incidência da Súmula 7/STJ.*

*Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 667.324/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 06/05/2015)*

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

